

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA  
Materia Lida em Plenário  
Em, 15/03/2024  
\_\_\_\_\_  
Servidor

Altera a Resolução nº 002/1994, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Amontada, para modificar as Comissões Permanentes.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE AMONTADA, no uso de suas atribuições legais, propõe o seguinte Projeto de Resolução:

Art. 1º Altera o inciso III do art. 44 que passará a vigorar com a seguinte redação:

III – Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Defesa dos Direitos do Consumidor;

Art. 2º Insere o art. 48-B, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48-B Compete à Comissão de Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Defesa dos Direitos do Consumidor:

I – opinar sobre proposições e assuntos relativos ao bem-estar social, à higiene, a obras assistenciais, à saúde pública do Município; ações, serviços e campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas, vigilância epidemiológica; vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, no que for atinente à saúde pública, especificamente no que for relacionado a alimentos, bebidas e água para o consumo humano; uso de defensivos agrícola ou agrotóxico, no que tange aos impactos na saúde pública; declaração de utilidade pública de entidades e demais segmentos que atuam na área da saúde e assistência social;

II – Opinar sobre proposições e assuntos relativos a violações de Direitos Humanos e Segurança no Trabalho, realizando diligências, sindicâncias, entrevistas com interessados, entendimentos com autoridades públicas e qualquer outro procedimento adequado, visando a elucidação das denúncias apresentadas, especialmente, quando for o caso, provocar a iniciativa do Ministério Público local, das Secretarias Municipais e demais órgãos e entidades relacionadas, recomendando a outorga de assistência legal, em juízo ou fora dele;

CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA  
(X) Aprovado ( ) Desaprovado  
( ) Arquivado  
Em, 22/03/2024  
\_\_\_\_\_  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA  
**PROTOCOLO**  
Recebido em: 12/03/2024  
Servidor: 83  
Matricula: 249

III - Opinar sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, inclusive ouvindo pessoas e autoridades que tenham interesse e conhecimento sobre a matéria; receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos do consumidor; colaborar com entidades governamentais e não governamentais de defesa do consumidor na consecução de suas finalidades; acompanhar a atuação das agências governamentais no âmbito da defesa do direito do consumidor; elaborar estudos para aprimorar os serviços de atendimento gratuito à defesa dos direitos do consumidor, bem como opinar sobre a organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.

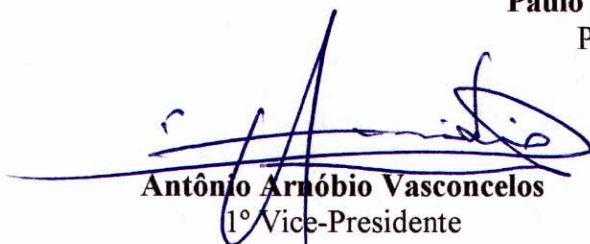
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Pedro Jacinto de Oliveira, aos 12 de março de 2024.



**Paulo Berg Melgaço**

Presidente



**Antônio Arnóbio Vasconcelos**

1º Vice-Presidente



**Maria Sirnara Saldanha Freitas**

2ª Vice-Presidente

Vereador Licenciado  
**Antônio Sobrinho da Silva**  
1º Secretário



**Raimundo Sigefredo Santos Rodrigues**

2º Secretário



## AO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2024.**

**DATA:** 12/03/2024

**AUTORIA:** Mesa Diretora da Câmara

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Resolução o objetivo de adequar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Amontada para a alteração das Comissões Permanentes, incluindo o exame das matérias relativas a Defesa dos Direitos do Consumidor.

A Câmara Municipal já dispõe do órgão de Defesa do Consumidor, que é o Procon Câmara, órgão conveniado à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que tem desempenhado papel importantíssimo na defesa dos direitos dos consumidores amontadense.

Para a renovação do Convênio agora em 2024, a Assembleia tem como requisito a existência, na Câmara da Comissão Permanente de Direito do Consumidor.

Mas, diante da realidade da Câmara Municipal, que já possui 6 Comissões Permanentes, incluídos aí o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a Mesa Diretora achou por bem incluir as atribuições da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor em uma Comissão já existente, mas com temas correlatos.

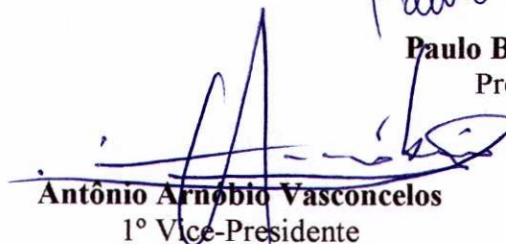
Assim, a proposta visa modificar a Comissão Permanente de Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Trabalho, passando a compor as novas atribuições e ser denominada de Comissão Permanente de Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Defesa dos Direitos do Consumidor.

Certo da anuência de todos os Vereadores desta Casa Leis, peço a aprovação do presente Projeto de Resolução.

Plenário Pedro Jacinto de Oliveira, aos 12 de março de 2024.



**Paulo Berg Melgaço**  
Presidente



**Antônio Arnóbio Vasconcelos**  
1º Vice-Presidente

USSE  
**Maria Sirnara Saldanha Freitas**  
2ª Vice-Presidente

Vereador Licenciado  
**Antônio Sobrinho da Silva**  
1º Secretário



**Raimundo Siqueira Santos Rodrigues**  
2º Secretário